PAUTA
Reunião de
RELTs
13/6/25

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Representantes dos Locais de Trabalho
13/6/2025 - Teatro Gazeta

SINESP

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

A. Lutar contra a intervenção e o afastamento de diretoras e diretores é lutar contra a privatização

A defesa da carreira e do concurso público são norteadores da luta do SINESP desde sua fundação. Hoje, com as políticas de extrema direita e o quadro composto pelas políticas neoliberais, sobressai a importância dessa defesa. A investida privatista desses setores evidencia a destruição que pode ser promovida no setor público do país e nos direitos da população.

Nesse contexto, quando o prefeito Ricardo Nunes e seu Secretário da Educação Fernando Padula anunciaram a intenção de privatizar a gestão das 50 escolas com menores índices no IDEB, o SINESP já estava na luta para derrubar a Lei 18.221/24 e impedir os ataques privatistas do prefeito à carreira, ao concurso e aos direitos dos gestores educacionais trazidos por ela, inclusive com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que está em andamento no TJSP.

Apresentada na Câmara pelo prefeito e aprovada por seus apoiadores a toque de caixa, sem nenhuma discussão ou negociação com a categoria, essa lei sinaliza, em seu artigo 44A, meios para impor o projeto de privatização da educação pelo prefeito a partir da privatização da gestão das escolas, recurso já empregado largamente pelo governador do estado.

A partir dessa lei e do anúncio do prefeito e do secretário veio a intervenção nas escolas, com o afastamento de diretoras e diretores, ferindo princípios constitucionais, o



Estatuto do Magistério e atacando diretos da categoria.

Um dos maiores atentados dessa intervenção veio com o comunicado 193/25, publicado no dia 29 de maio, que expôs as ilegalidades e arbitrariedades da medida do prefeito e da SME ao impor aos afastados um curso de "qualificação" sem nenhuma informação sobre o conteúdo, porque e para que será feito, quem o planejou e o ministrará e quais as melhorias que ele pode trazer para o trabalho dos Diretores e para a escola e a comunidade educacional.

Intervir nas escolas, afastar diretores e impor uma suposta formação é uma ação política para dar vazão ao real intuito do prefeito e seu secretário, de privatizar a educação pública municipal. Justificar a intervenção dizendo que as escolas foram escolhidas porque não foram bem em avaliações externas, Ideb e Idep, é um absurdo sem nenhuma sustentação teórica ou pratica.

Essas avaliações não captam a realidade da escola em toda sua complexidade. Dados do estudo "IDEB em Foco: Como as Desigualdades nas Condições das Escolas Afetam o Desempenho Educacional", realizado pelo SINESP em parceria com o Instituto Cultiva, demonstram que o baixo desempenho educacional em territórios vulneráveis é resultado de um conjunto complexo de fatores que transcendem a gestão escolar, incluindo desigualdades estruturais, violência urbana, falta de acesso a serviços básicos, condições socioeconômicas das famílias, infraestrutura escolar, evasão escolar e desafios específicos enfrentados pelas comunidades locais. Uma avaliação para poder ser considerada tem de ir muito além do Ideb e do Idep.

A luta é de toda a categoria

O SINESP alerta toda a categoria de que a intervenção e o afastamento de 25 diretoras e diretores é só o início da aplicação da política privatista do prefeito. De início, prefeito e secretário falaram em 50 escolas, depois reduziram para 25, mas a SME disse que tem uma lista com 66 unidades.

Não pode restar dúvidas de que está em andamento um projeto de desmonte das políticas públicas de educação em São Paulo, de privatização e desvio das verbas públicas do setor para empresas privadas.

Parte desse projeto implica ataques inéditos ao posicionamento político e à organização sindical da categoria. A SME escolheu, para iniciar a intervenção, 25 escolas com forte relação com as comunidades, trabalho qualificado, muitos premiados, e gestores com formação acadêmica consistente e experiência comprovada.

E passou a confrontar os Sindicatos com medidas sem precedente, como a publicação de matéria no site da prefeitura com ataques diretos, recheado de argumentos falsos e posicionamento antissindical, evidenciando o direcionamento que esse governo emprega, junto com seu aliado no governo do estado.

Ações do SINESP em defesa dos diretores afastados:

▶ *Desde o primeiro momento deu suporte e apoio político e jurídico aos diretores afastados e realizou reuniões com o grupo.*

▶ *Se reuniu com a SME para negociações que, no resultado, realçaram outro aspecto da atual gestão, o descumprimento de acordos e protocolos.*

▶ *Entrou com Ação Civil Pública contra a intervenção e o afastamento de diretores, pela suspenção da eficácia e aplicabilidade de qualquer ato administrativo já editado ou que venha ser editado futuramente com afastamento de diretores de escola.*

▶ *Solicitou ao Ministério Público que ouça as partes e emita parecer para que sejam suspensas todas as arbitrariedades que estão sendo cometidas pela prefeitura e a SME contra os diretores de escolas.*

▶ *A partir de ação definida em reunião do CREP, o SINESP realizou atos nas DREs e um ato geral na SME no dia 6 de maio, com participação dos diretores afastados, de representação da comunidade e de parlamentares, demonstrando a força e a disposição de luta da categoria e ampliando a resistência contra a intervenção e o afastamento. Nesses atos houve reuniões com os Dirigentes Regionais em que foram expostas as arbitrariedades dessa medida do governo e as reivindicações da cateogria.*

▶ *Participou de audiência pública na Câmara e em eventos políticos que implicam exposição para as denúncias e a luta da categoria, como o ato realizado na Câmara em defesa da educação pública e dos cursinhos populares com a presença do Ministro da Educação.*

▶ *Está fazendo inserções na mídia, já tendo concedido entrevistas que resultaram em artigos em órgãos de imprensa, e participou de programas em canais da mídia independente.*

A luta continua

▶ *O SINESP mantém ação sindical permanente nas escolas, em conversas com as equipes que envolvem formação, conscientização e organização para a luta. Nessas ações, incentiva a prática da gestão democrática e o emprego de meios para o envolvimento de toda a equipe escolar na luta com participação em reuniões, distribuição de manifestos e cartas abertas, atos regionais e gerais, e o aprofundamento da relação com a comunidade educacional, para maior aproximação e o essencial apoio às lutas da categoria em defesa da escola pública.*

▶ *O SINESP elaborou um manifesto para circular nas escolas e na comunidade coletando assinaturas de apoio, e também coleta assinaturas da população nas ações regionais e distribuição de cartas abertas. O objetivo é reunir milhares de assinaturas para fortalecer a mobilização, o apoio e o engajamento na luta da categoria e da comunidade educacional. Os manifestos com assinaturas serão entregues a autoridades representativas para fortalecer a luta em defesa da educação pública.* ***O manifesto abaixo assinado também tem uma versão online que pode ser acessada no site www.sinesp.org.br.***

▶ *O Sindicato também disponibiliza faixas e outros materiais solicitados pelas Unidades Educacionais.*

B. Plano Nacional de Educação 2025-2035

Nos dias 30 e 31 de maio, dirigentes sindicais, gestores educacionais, professores, estudantes, especialistas em educação, parlamentares e representantes da sociedade civil participaram do seminário "A Sociedade Civil Orienta o Plano Nacional de Educação (PNE) 2025-2035", organizado pelo SINESP em parceria com o Instituto Cultiva. O encontro foi um momento de reflexão coletiva e elaboração de propostas para pavimentar os caminhos da educação do país no próximo decênio.

Ciente de que o PNE precisa garantir a Gestão Democrática e a educação pública gerida por servidores públicos concursados, o SINESP abriu o evento dando voz e apoio irrestrito a diretores de escola que foram arbitrariamente afastados de suas funções pela prefeitura de São Paulo.

O Seminário foi mais uma ação do SINESP para a mobilização da sociedade acerca da importância do Plano Nacional de Educação, bem como para eleger os pontos prioritários a serem defendidos. Estão previstas outras ações que garantirão a continuidade desse debate, que é crucial para toda a comunidade educacional.

O seminário evidenciou a necessidade de financiamento adequado para a educação, de valorização dos profissionais e do cumprimento das metas do PNE, tendo a gestão democrática como princípio fundamental para uma educação pública de qualidade.

Campo de embates ideológicos

O PNE definirá os rumos da educação nos próximos dez anos. A conjuntura política, sobretudo na cidade e no estado de São Paulo, torna esse debate ainda mais importante, pois ele ocorre em uma arena de embates ideológicos e políticos que ultrapassam questões técnicas e programáticas.

Nessa perspectiva, é preciso combater as ações danosas em curso, perpetradas pela extrema-direita, que visam à destruição do pensamento crítico na educação e à mercantilização do ensino, colocando escolas e estudantes nas mãos da iniciativa privada.

O PNE é responsabilidade de toda a sociedade e o SINESP, sempre atuante nessa frente, conta com os filiados nos embates que se anunciam, nessa luta pela construção de um Plano Nacional de Educação que priorize o investimento público em uma educação pública feita por servidores públicos, no investimento em saúde dos profissionais da área, na capacitação e atualização constante dos trabalhadores e no respeito às decisões tomadas coletivamente na Conae.

O SINESP participará, em Brasília, de Audiência Pública que analisará os objetivos 16, 17 e 18 do PNE:

16 -> Garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica;

17-> Assegurar a participação social no planejamento e gestão educacional;

18 -> Assegurar a qualidade e equidade nas condições de oferta da educação básica.

Clique no QR-Code para saber como foi o seminário, assistir às palestras ampliar informações sobre o que está em jogo nos debates do PNE 2025/2035 ->

C. Ações Sindicais

1. PEC 66/2023 - RPPS e precatórios

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023 segue em tramitação e ameaça direitos de servidores públicos de todo o país. Texto chegou à Comissão Especial da Câmara dos Deputados em abril, teve até o dia 4 de junho para receber emendas e a previsão é que a Comissão apresente o relatório até o dia 24 desse mês.

Originalmente, o texto trata do parcelamento de dívidas dos entes federativos (estados e municípios) com os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e com o pagamento de precatórios. Vale lembrar que os maiores credores desses valores devidos são os servidores públicos. O parcelamento dessas dívidas significaria um tempo muito maior de espera para o recebimento desses direitos assegurados por lei.

Prefeitos e governadores têm ido ao DF para pressionar os parlamentares a reinserirem no texto da PEC o artigo 40-A, que tem como proposta fazer com que, transcorridos 18 meses da promulgação da Emenda, estados e municípios passem a adotar as mesmas regras previdenciárias aplicadas à União pela EC 103/2019, aprovada no governo Bolsonaro. O ente federativo só estaria isento de fazer isso se já tiver aprovado reforma com regras mais rígidas para o "equilíbrio financeiro e atuarial" do que as aprovadas no governo federal anterior. Importante recordar que a EC 103/2019 determinava o aumento da idade mínima para aposentadorias e o confisco de benefícios abaixo do teto do INSS.

O SINESP luta em diversas frentes em Brasília para barrar a tramitação da PEC 66/2023 e para que ela seja arquivada de forma definitiva.

2. Descongela JÁ!

O PLP 143/2020, que tem a ele apensado o PLP 21/2023, de autoria da deputada federal Profª Luciene Cavalcante, promove justiça ao alterar a "Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para contagem do tempo de período aquisitivo de anuênios, triênios, quinquênios, sexta parte, licença-prêmio

e demais mecanismos equivalentes, durante período de enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), e dá outras providências". O SINESP participa fortemente dessa luta e realizou inúmeras idas a Brasília com dirigentes e conselheiros para conversar e pressionar parlamentares. O resultado veio com a aprovação nas comissões da Câmara dos Deputados. Já foram apresentados por diferentes parlamentares requerimentos para que o PLP seja inserido na ordem do dia para debate e votação no plenário da Câmara. O SINESP convoca os filiados para unirem esforços e pressionarem os deputados para que o texto entre em pauta e seja aprovado.

3. Confisco previdenciário

Apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006

O SINESP segue trabalhando intensamente em Brasília pela aprovação da PEC 06/2024, conhecida como PEC Social, de autoria do Deputado Federal Cleber Verde (MDB/MA) — que determina o fim da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas de forma escalonada — e solicita que seja apensada à PEC 555/2006. Os textos tratam de matérias conexas, uma vez que a PEC de 2006 propõe o fim da cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos aposentados e pensionistas do serviço público.

As duas propostas são extremamente importantes ao funcionalismo público, porque devolvem a dignidade subtraída com o confisco previdenciário de profissionais que tanto contribuíram com o país.

Foram apresentados 7 novos requerimentos solicitando o apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006. Os dois projetos tratam de matérias correlatas com o objetivo, em síntese, de promover alterações significativas nas regras dos regimes próprios de previdência social no Brasil.

►*REQ 2241/2025*, do deputado Delegado Ramagem (PL/RJ);*

►*REQ 2244/2025*, do deputado Mendonça Filho (UNIÃO/PE);*

►*REQ 2248/2025*, da deputada Yandra Moura (UNIÃO/SE);*

►*REQ 2249/2025*, do deputado Weliton Prado (SOLIDARI/MG);*

►*REQ 2257/2025*, do deputado Helio Lopes (PL/RJ);*

►*REQ 2258/2025*, do deputado Mário Heringer (PDT/MG); e*

►*REQ 2260/2025*, do deputado Eriberto Medeiros (PSB/PE).*

Ao todo, já foram protocolados 276 requerimentos de apensamento e cabe ao presidente da Câmara Hugo Motta (Republicanos/PB) decidir deferi-lo ou não.

O SINESP trabalha em Brasília pela correção dessa grande injustiça que afeta o bolso e a qualidade de vida dos servidores aposentados e pensionistas.

Julgamento de ADIs no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou 13 ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que questionam pontos da Reforma da Previdência do governo Bolsonaro, Emenda Constitucional (EC) 103/2019, que embasa o confisco previdenciário de 14% dos servidores públicos aposentados e pensionistas.

Entre os pontos questionados pelas ADIs está um que é muito importante para os filiados aposentados do SINESP. Ele trata da incidência de contribuição ordinária sobre o valor dos proventos de aposentados e pensionistas que supere o salário mínimo, quando comprovado saldo deficitário atuarial no RGPS.

Nove ministros já votaram e julgaram procedentes a maioria dos dispositivos. O Ministro Barroso foi contrário e o ministro Gilmar Mendes pediu vista. Depois de fazer suas análises, Mendes, que é o único ministro que ainda não proferiu o voto, enviou a matéria de volta para o presidente do STF, o ministro Barroso, que até o momento não pautou a conclusão do julgamento. O SINESP tem atuado, desde então, para que o ministro Barroso coloque as ADIs na pauta do Supremo para que a Corte possa finalizar a análise da matéria.

No município de São Paulo, o SINESP acompanha os Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPREM e mantém luta e defesa pela revogação da contribuição previdenciária de 14% dos servidores públicos ativos e aposentados. O Regime Próprio de Previdência Social de São Paulo possui superávit financeiro, o que reafirma o posicionamento do SINESP de que nunca houve déficit previdenciário que justificasse aumento de alíquota previdenciária e confisco para aposentados e pensionistas.